

Os quatro partidos na TV

Afinal, quem ganhou as eleições?

Centrais

Tudo como antes

Com a eleição dos órgãos de Poder Local fica completo o quadro democrático dos órgãos de soberania previstos na Constituição.

Temos, assim, instituída de direito a democracia política.

Falta-nos, naturalmente, a democracia económica, que o mesmo é dizer a criação de uma sociedade de abundância, onde impera a liberdade, a tolerância e a justiça.

É claro que essa sociedade-paraiso não existe ainda instaurada em parte alguma do mundo; existem países onde vigora uma relativa igualdade social, mas onde não existe democracia pluralista nem respeito pelos direitos fundamentais; há outra categoria de países que respeitam a democracia e as liberdades e direitos, mas onde, a par destes valores, se praticam chocantes desigualdades sociais; países há ainda que nem têm democracia nem justiça social, como o nosso até há pouco.

Creemos, porém, que em nenhuma Nação do mundo se praticam simultaneamente os valores da democracia e do socialismo.

Trata-se, por ora, de uma meta que só pelo caminho da democracia poderemos alcançar.

No caso de Portugal, a própria democracia instituída de direito não se encontra suficientemente enraizada para que abrandemos a vigilância na sua defesa e consolidação.

Os resultados destas eleições exigem uma ponderada reflexão que só o seu conhecimento exaustivo pode propiciar. A sua análise é mais complexa do que a das anteriores, pois que agora intervêm factores regionais que escapam à conotação partidária.

Talvez por isso, chegou ontem a ser irónico o programa oferecido pela RTP, durante o qual os quatro secretários-gerais dos principais partidos, puxando e repuxando números, percentagens e estatísticas, demonstraram convincentemente, cada um a seu modo, que os seus partidos foram os grandes vencedores do confronto democrático.

A pergunta — quem ganhou as eleições — vão ser, naturalmente, formuladas muitas e variadas respostas. Provavelmente todas elas, aliás, verdadeiras, consoante a perspectiva em que o observador se coloque.

A nosso ver, estas eleições não traduzem qualquer mudança assinalável no espectro político-partidário do país. Os eleitores vêm-se mantendo relativamente constantes nas suas opções, com ligeiras variantes a que é ousado atribuir significado especial.

Daí que a situação em que temos vivido após a eleição presidencial e a tomada de posse do I Governo Constitucional se mostre consolidada na medida em que os partidos não viram alterada, em termos relevantes, a sua posição no xadrez político. Não quer isto dizer que a situação política esteja suficientemente clarificada, nem parece que estas eleições tivessem podido desfazer uma boa dose de ambiguidade, resultante desde logo da Constituição — que, não se pondo obviamente em causa, tem de reconhecer-se demasiado rígida na programação do futuro — e da própria composição dos partidos, nascidos ou consolidados num período demasiado conturbado da nossa história recente.

(Continua na pág. 16)

Proença de Carvalho



«POSIÇÃO CONFORTÁVEL...»

Fotomontagem «Jornal Novo»

Últimos resultados

À hora em que encerramos esta edição, não eram ainda conhecidos nenhuns dos resultados apurados na manhã de hoje, sendo apenas oficiais os referidos às 20 horas de ontem:

CÂMARAS MUNICIPAIS

PS — 109
PSD — 102
FEPU — 37
CDS — 32

ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS

PS — 33,47%
PSD — 24,71%
FEPU — 17,97%
CDS — 15,93%

ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA

PS — 33,23%
PSD — 24,28%
FEPU — 17,69%
CDS — 16,63%

Freitas do Amaral na Gulbenkian

«Futuro do Governo depende da resolução da crise económica»

«O futuro do governo PS depende essencialmente de aquele partido poder ou não resolver a crise económica, no momento em que se verificam problemas típicos de onde emergem as grandes convulsões — inflação e desemprego» — afirmou, esta manhã, o prof. Diogo Freitas do Amaral, presidente do CDS, em conferência de imprensa efectuada na Fundação Gulbenkian.

«Para nós — segundo Freitas do Amaral — quatro eleições em

ano e meio provocam fadiga, até porque «delas poucos benefícios resultaram». Num análise sucinta acerca dos resultados, acentuou que «estas eleições vieram confirmar as posições relativas dos partidos em relação às de Abril último», pois «não se verificaram alterações radicais».

Julga, pois, o líder do CDS que, na Assembleia da República, não haverá alterações da estratégia partidária.

Mais uma de «O Diário»...

Insólita, a notícia publicada hoje na folha publicitária do P.C.P., «o diário» sobre um diálogo que teria havido entre o ministro da Educação Sottomayor Cardia e o condutor do seu automóvel de serviço.

Aquele diário da manhã, versão remodelada de um outro e como aquele especializado nas provocações a Sottomayor Cardia, em particular e à democracia em geral, insere um pretensio diálogo que se teria passado à saída do ministério da Educação, quando alguns pais de alunos do Ateneu Comercial de Lisboa, acolhidos pela tropa de choque móvel do Partido Comunista, tentaram reter e virar o carro

do ministro.

Segundo o pouco urbano diário, o ministro Cardia, na impossibilidade de o seu automóvel passar entre os arruaceiros, teria ordenado ao condutor que os matasse a todos.

«Real e autêntico», o diário salienta que o diálogo não pertence ao domínio da ficção. Quem diria! O diário a fazer ficção? ...

Um pormenor não deixará, certamente, de espantar os leitores por obrigação daquele diário da manhã. Como foi possível ao escrivão de António Serpa ouvir as palavras de Sottomayor Cardia dentro de um carro com os vidros fechados.

nacional

A visita de Soares ao Brasil

Acordos culturais prioritários segundo observadores

Os primeiros membros da comitiva do chefe do Governo português, Mário Soares, chegaram já ao Rio de Janeiro em avião que aterrou pelas 8 horas no Galeão, depois de ter feito escala no Recife.

A bordo do aparelho encontravam-se os deputados Raul Rego (PS) e António Simões (CDS), o presidente da Fundação Gulbenkian, Azeredo Perdigão, os dirigentes dos Institutos de Cultura e Investigação Científica, respectivamente, José-Augusto França e Miller Guerra, e ainda Jacinto Nunes, da Caixa Geral de Depósitos e do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, e Silva Lopes, do Banco de Portugal.

Estas individualidades eram aguardadas pelo cônsul-geral de Portugal nesta cidade, Pinto da França, e por outros funcionários da missão diplomática.

Entretanto, enquanto se aguarda com expectativa e interesse a visita de Mário Soares iniciam-se já amanhã, em Brasília, conversações bilaterais com vista à promoção internacional da língua portuguesa.

Mas ao Primeiro-Ministro Mário Soares — que irá acompanhado pelos ministros Medeiros Ferreira e Firmino Miguel e pelos secretários de Estado Vítor da Cunha Rego e David Mourão-Ferreira — caberá dar o passo final para o desbloqueamento das relações entre os dois países que, durante dois anos, atravessaram algumas dificuldades que culminaram, por um lado, em várias manifestações contra o executivo brasileiro e por outro, na campanha intensa movida por sectores direitistas na Imprensa do Brasil contra o 25 de Abril. No entanto, perante os problemas económicos que ambas as partes enfrentam, e que tem levado à adopção de fortes medidas restritivas ao consumo e à importação, os observadores políticos concluem que os resultados mais importantes das reuniões de trabalho a realizar se situarão no campo cultural.

Sendo assim, para além de acordos pontuais de intercâmbio artístico e universitário (que poderão dar nova força aos já existentes), a defesa do português preverá a atenção das entidades responsáveis que pensam ser chegado o momento de lutar pela sua inclusão, como língua oficial e de trabalho, nas Nações Unidas, à semelhança do que já sucede em outros organismos internacionais, como a Organização da Unidade Africana e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

Esta iniciativa colheita fácil consenso dos dois países — depois de Portugal se ter pronunciado nesse sentido, através do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas — e, mais ainda, tenderá a desempenhar um interessante papel na aproximação de todos os Estados lusófonos, numa altura em que as divergências de ordem política estão a ser ultrapassadas pelos vários interínios.

Tanto o Brasil como Portugal, não desdenhariam fortalecer os laços que os ligam aos novos países africanos de língua portuguesa, avançando com uma proposta que, a resultar, constituiria uma eficaz jogada diplomática de todo o bloco e abriria novas perspectivas internacionais à divulgação das várias culturas.

Aventa-se mesmo em vários sectores, talvez junto dos meios políticos mais optimistas, que esta poderia constituir a «bola de saída» para um projecto de se organizar uma comunidade luso-afró-brasileira, estrutura complementar em que Portugal actuaria como porta de entrada para a Europa, onde começa a estar perfeitamente integrado, o Brasil como fornecedor de serviços e produtos industriais e os países africanos como produtores de petróleo e bens agrícolas.

Desta forma, se resolveriam também os obstáculos que não deixam de ser levantados, por ambas as partes, ao incremento das transacções entre os dois Estados, incremento esse que quer dizer aumentar o valor das importações e, eventualmente, agravar os défices das balanças comerciais. As relações neste sector entre Portugal e o Brasil, ao contrário do que por vezes se tem afirmado, nunca tiveram grande significado no quadro das trocas internacionais: 0,3 por cento nas importações e 0,9 por cento nas exportações, para o Brasil, e 1,8 e 1,1 respectivamente, para Portugal, em 1975. O comércio luso-brasileiro registou, todavia, acentuado crescimento desde o princípio da década de sessenta, tendo as transacções subido de seis para 134 milhões de dólares, entre 63 e 74, apesar de terem caído no ano passado a 90 milhões. No primeiro semestre do corrente, as exportações portuguesas tiveram menos significado — oito milhões de dólares contra 14 milhões em igual período de 75 —



enquanto as vendas brasileiras baixaram de 31 para 20 milhões de dólares.

TROCAS: REGIME PRIORITÁRIO

Uma característica acentuada das trocas recíprocas que merecerá particular atenção da missão portuguesa consiste na formação constante e crescente de saldos positivos em favor de Brasília que, no ano passado, orçaram os 47 milhões de dólares, apenas neutralizados na balança de pagamentos pelas remessas financeiras dos emigrantes, estimadas em 50 milhões de dólares, e pelas despesas de turistas brasileiros (que tenderão a descer devido às restrições decretadas).

Finalmente, o comércio bilateral concentra-se apenas em torno de uma curta lista de produtos, tendo (também no ano passado) seis deles representado 75 por cento das vendas brasileiras totais no mercado português: sementes oleaginosas (24 milhões de dólares), açúcar (13), sisal (5), algodão em rama (4), automóveis (3), e carne (1). Por outro lado, nove artigos representam, no mesmo período, mais de 90 por cento da pauta de exportação portuguesa e, quase todos eles, assinala-se, consideráveis superflúos: azeite de oliveira, cortiça em bruto, vinhos, conservas de peixe, pasta química para papel, azeitonas, cortiça preparada e resíduos de resina.

Estas coordenadas não deixam de estar presentes nas conversações que Soares realizará com Geisel, embora seja de prever que delas apenas parta a constituição de mecanismos de funcionamento, como o reactivar da comissão mista luso-brasileira para trabalhar em 1977, e não medidas de grande ressonância.

Independentemente das vantagens políticas que esta visita pode trazer, sobretudo, à imagem civilizada que o Brasil tem procurado transmitir nos últimos tempos (mas não com âmbito pretendido por alguns saudosistas portugueses), as fontes brasileiras mostram-se bastante reservadas quando interrogadas sobre as perspectivas de carácter económico, deixando antever que não se apresentarão muito promissoras. Do lado de Portugal — fazem questão de sublinhar — existem obstáculos de ordem geral decorrentes da redução do seu produto e da formação de desequilíbrios na sua balança de pagamentos que tem obrigado

à imposição de medidas severas de controlo da importação.

Verificaram-se também óbices de natureza regional, já que o nosso país mantém um sistema preferencial de comércio com a CEE e a EFTA, que concorre para reduzir a possibilidade de competição de produtos brasileiros, não sendo de esquecer, entretanto, que ainda recentemente Portugal lançou uma ofensiva junto dos mercados latino-americanos com a realização em Lisboa, de uma edição da Assembleia de Comércio Ibero-Americano e Filipino, aliás já complementada por uma reunião de carácter empresarial levada a efeito na passada semana, em Vigo.

Por seu turno, as capacidades de penetração das exportações portuguesas tem sido substancialmente reduzidas pelas recentes providências brasileiras para conter as importações de produtos não essenciais e para promover o reequilíbrio relativo da balança de pagamentos.

Também o sistema preferencial mantido com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio tem retirado possibilidades de concorrência a diversos artigos portugueses, bem espelhada, neste Natal, na compra maciça dos tradicionais produtos de quadra aos seus parceiros de continente, em substituição da habitual oferta europeia. Com a proibição de importação e a obrigatoriedade de depósito prévio, dizia há dias um dirigente patronal, as formas nacionais estão comprando em maior volume da ALALC, abastecendo-se principalmente na Argentina e no Chile, que tem excelentes produtos e preços bem mais acessíveis que os europeus.

As dificuldades poderão surgir, no âmbito comercial, no decorrer da visita oficial de Mário Soares, em contraste com o cuidado e a atenção que os diplomatas dos dois países puseram na sua preparação. Mereceram aliás, ontem, esta curiosa síntese a um irreverente observador brasileiro: «O governo do meu país receberá o primeiro-ministro português, quando este descer no aeroporto de Brasília, de braços abertos, mas o mesmo não se poderá dizer da sua bolsa». Daí que a atenção pública estar, centrada nas resoluções de carácter cultural (como a estratégia comum para subir o conceito da língua e cultura portuguesa), e não exactamente nas de conteúdo económico, que só a médio prazo, poderão trazer resultados concretos.

Duas lições

O acto eleitoral de domingo é rico de lições, que importa aproveitar o mais possível.

Sem a pretensão de uma análise exaustiva, aliás ainda difícil neste momento, chamaremos a atenção para duas dessas lições, que se nos afiguram, porventura, as mais importantes: a serenidade e a determinação mais uma vez reveladas pelo povo português.

Lição de serenidade, porque o acto decorreu, de norte a sul do país, num clima de paz, que nenhum incidente significativo perturbou.

As acções terroristas dos últimos dias, nomeadamente a que levou ao corte do abastecimento de água a Lisboa, faziam temer a ocorrência, na jornada eleitoral, de possíveis atentados contra a ordem pública visando desmobilizar os cidadãos do cumprimento do dever — direito de votar.

Felizmente, tais receios não se confirmaram e o aumento da taxa de abstencionismo não pode ser atribuído a motivos dessa natureza. A explicação para este aumento, que aliás deve ser aceite como um facto normal, reside na circunstância de já não vivermos, propriamente, no clima de efervescência política em que decorreram os actos eleitorais anteriores. Aproximamo-nos da taxa de absentismo habitual em países europeus com vida democrática institucionalizada, o que constitui, salvo melhor opinião, sintoma insusceptível de dar lugar a qualquer alarme.

Parece-nos que todos devemos felicitar-nos por mais esta consoladora demonstração de que, efectivamente, — e ao contrário do que pretendem «iluminados» de quadrantes convencionalmente tidos por opositos — estamos preparados para viver em democracia.

A segunda lição é de determinação. Basta uma breve consulta dos resultados para se notar que, de um modo geral, se confirmam as tendências do eleitorado manifestadas em 25 de Abril de 1975 e no mesmo dia deste ano. Afigura-se-nos constituir isto uma prova irrefutável de que o país sabe o que quer, não resultando das desesperadas tentativas dos vários extremistas para o desviar das opções conscientemente tomadas em função do que entende ser o interesse nacional.

Em artigo anterior, falámos da importância, para o partido governamental, de uma vitória nestas eleições. A vitória não oferece margem para dúvidas — e o PS tem, agora, de retirar todas as conclusões deste sucesso.

É evidente que os números, não deixando de ser claros, prestam-se a diversas interpretações, ou, como agora costuma dizer-se, «leitura». Algumas serão, porventura, feitas através de lentes de gradação errada... e, por isso, de legitimidade duvidosa. Mas, porque vivemos em democracia, não nos parece estranho que cada um, ao sabor da ideologia que defende, faça a «leitura» que mais lhe convém.

Quantos preconizam a «maioria de esquerda» não deixarão aliás, já ontem o lemos) de vincar que a «necessidade» dessa «maioria» governamental resulta evidente destas eleições. Outros, pelo contrário, entenderão que o Governo democrático deve ter como base de apoio a maioria eleitoral constituída pelos partidos democráticos.

Em nosso entender, e na sequência do que já aqui escrevemos, o Governo do PS não deverá deixar perder a força que lhe advém da vitória de domingo, pondo termo a certas ambiguidades características da sua acção nos quatro meses que passaram. A situação do país é excessivamente grave para permitir, sem risco de total ruína, que por muito mais tempo o preconceito ideológico se sobreponha ao pragmatismo da busca de soluções concretas para os grandes problemas concretos que nos atormentam.

Torquato da Luz

PCP (m-l)

Abstencionismo favoreceu FEPU

O PCP (m-l) deu ontem, na Fundação Gulbenkian, uma conferência de Imprensa para divulgar a sua posição sobre as eleições para os órgãos do poder local e informar que «o voto no conjunto dos partidos «socialistas-fascistas», PCP, MDP/CDE e FSP têm vindo a decrescer, desde as primeiras eleições, realizadas para a Assembleia Constituinte».

No decorrer da conferência de Imprensa que foi presidida por Carlos Guinote e Nuno Torres o PCP (m-l) considerou que «a elevada percentagem de abstenções foi prejudicial aos partidos democráticos, já que os absten-

cionistas nunca votariam no partido ou na frente de Cunhal».

Em seguida, o PCP (m-l) manifestou-se satisfeito com os votos obtidos nestas eleições, porque os sufrágios alcançados corresponderam a votos no verdadeiro comunismo o que horro-riza Álvaro Cunhal.

A finalizar, o encontro com os órgãos de informação Nuno Torres contestou a lei eleitoral que regulamentou este último acto eleitoral, acrescentando, a este respeito, que «o método proporcional favoreceu o social-fascismo». Criticou ainda a «política conciliatória» do PS relativamente à FEPU.

Construção civil

(Continuação da pag. 3)

veis à Construção Civil e combate à corrupção.

A corrupção corrompe as sociedades.

A corrupção foi um cancro nacional. Polui as consciências, promove injustiças, favorece a ilegalidade, depauperou as finanças públicas, coarctou as iniciativas e dificultou o progresso.

«A corrupção — sublinhou Hélio de Sousa Neves — tem poiso preferencial nos Serviços Técnicos das Câmaras, e em outras repartições concelhias ou estatais».

A experiência adquirida pelo

destacamento consciente, socialista, dos trabalhadores da construção civil e as suas tradições de luta, colocam-no num dos primeiros lugares da grande tarefa da estruturação de um Portugal melhor.

As ideias e os novos métodos de trabalho abordados no Encontro em Alcobaca, visam o elevado e nobre objectivo de construir um regime socialista em liberdade.

E seríamos o primeiro país da Europa!

A seguir: Cidades Novas e liberdade no Movimento Sindical.

Resultados por distritos

Face ao interesse demonstrado pelos nossos leitores em conhecer os resultados parciais das eleições para as autarquias locais, retomamos hoje a sua publicação, que prometemos manter. Junto aos quadros indicam-se, também alguns nomes de Presidentes de Câmaras já conhecidos, embora não tivessem sido facultados os valores apurados no sufrágio por esses concelhos.

DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Concelho de Sertão

Inscritos	15 816	Votantes 8 107	Afl 51,26
PSD	3 383 votos	41,73%	3 mandatários eleitos
PS	2 116 -	26,10%	2 -
CDS	1 815 -	22,39%	2 -
FEPU	240 -	2,96%	-

Presidente da Câmara: Ângelo P. Soares Bastos — PSD

DISTRITO DE COIMBRA

Concelho de Tábua

Inscritos	9 463	Votantes 4 938	Afl 52,18%
PSD/PPD	2 682 votos	54,31%	3 mandatários eleitos
CDS	1 414 -	28,64%	2 -
FEPU	433 -	8,77%	-

Presidente da Câmara: António M. Barata Portugal — PSD/PPD

Concelho de Montemor-o-Velho

Inscritos	19 241	Votantes 9 032	Afl 46,94%
PS	4 168 votos	46,15%	4 mandatários eleitos
PSD/PPD	2 136 -	23,65%	2 -
CDS	1 093 -	12,10%	1 -
FEPU	942 -	10,43%	-

Presidente da Câmara: Fernando M. Ângelo Leitão — PS

Concelho de Arganil

Inscritos	11 287	Votantes 6 438	Afl 57,04%
PSD/PPD	2 719 votos	42,23%	4 mandatários eleitos
PS	2 492 -	38,71%	3 -
CDS	581 -	9,02%	-
FEPU	201 -	3,12%	-

Presidente da Câmara: Carlos Fernandes Ribeiro — PSD/PPD

Concelho de Penela

Inscritos	6 239	Votantes 3 405	Afl 54,58
PSD	1 842 votos	54,10%	3 mandatários eleitos
PS	1 193 -	35,04%	2 -
CDS	111 -	3,26%	-
FEPU	67 -	1,97%	-

Presidente da Câmara: José A. G. Coelho Silva — PSD

Concelho de Figueira da Foz

Inscritos	42 651	Votantes 23 285	Afl 54,59
PS	10 243 votos	43,99%	4 mandatários eleitos
PSD	4 645 -	19,95%	1 -
FEPU	3 518 -	15,11%	1 -
CDS	2 564 -	11,01%	1 -
GDUPS	646 -	2,77%	-

Presidente da Câmara: José M. B. Teixeira Leite — PS

DISTRITO DE PONTA DELGADA

Concelho de Vila do Porto

Inscritos	4 718	Votantes 1 747	Afl 37,03%
PSD	1 063 votos	60,85%	4 mandatários eleitos
PS	450 -	25,76%	1 mandatário eleito
CDS	98 -	5,61%	-

Concelho de Povoação

Inscritos	5 744	Votantes 2 398	Afl 41,75%
PSD	1 230 votos	51,29%	3 mandatários eleitos
PS	571 -	23,81%	1 mandatário eleito
CDS	401 -	16,72%	1 mandatário eleito

DISTRITO DE SETÚBAL

Concelho de Alcácer do Sal

Inscritos	12 495	Votantes 8633	Afl 69,09%
FEPU	4 759 votos	55,13%	5 mandatários eleitos
PS	2 800 -	32,43%	2 mandatários eleitos
CDS	596 -	6,90%	-

Presidente da Câmara: José A. Pomba Cupido — FEPU

Concelho do Barreiro

Presidente da Câmara: Helder Madeiro — FEPU

DISTRITO DE ÉVORA

Concelho de Borba

Inscritos	6 285	Votantes 4 784	Afl 76,12%
FEPU	2 313 votos	48,35%	3 mandatários eleitos
PS	2 257 -	47,18%	2 -

Presidente da Câmara: Sérgio D. F. Alpalhão — F.E.P.U.

Concelho de Vendas Novas

Inscritos	8 744	Votantes 6 154	Afl 70,38%
FEPU	2 962 votos	48,13%	3 mandatários eleitos
PS	2 289 -	37,20%	2 -
CDS	647 -	10,51%	-

Presidente da Câmara: Alberto Luís Sousa Lopes — F.E.P.U.

Concelho de Arraiolos

Inscritos	7 015	Votantes 5 513	Afl 78,59%
FEPU	3 265 votos	59,22%	3 mandatários eleitos
PS	1 800 -	32,65%	2 -
GDUPS	189 -	3,43%	-

Presidente da Câmara: Gil L. Batata Neto — FEPU

Concelho de Reguengos de Monsarraz

Inscritos	8 755	Votantes 5 836	Afl 66,66%
PS	2 381 votos	40,80%	3 mandatários eleitos
FEPU	1 898 -	32,52%	2 -
PSD	764 -	13,09%	-
CDS	528 -	9,05%	-

Presidente da Câmara: Victor M. Barão Martelo — PS

DISTRITO DA GUARDA

Concelho de Fornos de Algodres

Inscritos	4 954	Votantes 3 120	Afl 62,98%
PSD	2 116 votos	67,82%	4 mandatários eleitos
CDS	553 -	17,72%	1 mandatário eleito
FEPU	174 -	5,58%	-

Presidente da Câmara: Francisco Almeida Menano — PSD

Concelho de Manteigas

Inscritos	3 147	Votantes 1 927	Afl 61,23%
CDS	710 votos	36,84%	2 mandatários eleitos
PS	631 -	32,75%	2 mandatários eleitos
PSD	359 -	18,63%	1 mandatário eleito
FEPU	121 -	6,28%	-

Presidente da Câmara: Homero Lopes Ambrósio — CDS

Concelho de Trancoso

Inscritos	9 500	Votantes 5 317	Afl 55,97%
PSD	2 111 votos	39,70%	2 mandatários eleitos
CDS	1 453 -	27,33%	2 mandatários eleitos
PS	1 152 -	21,67%	1 mandatário eleito
FEPU	245 -	4,61%	-

Presidente da Câmara: António Almeida — PSD

Concelho de Gouveia

Inscritos	15 017	Votantes 9 011	Afl 60,01%
PS	3 670 votos	40,73%	4 mandatários eleitos
CDS	2 318 -	25,72%	2 mandatários eleitos
PSD	1 463 -	16,24%	1 mandatário eleito
FEPU	569 -	6,31%	-
GDUP'S	248 -	2,75%	-

Presidente da Câmara: Alípio Mendes Melo — PS

Concelho de Celorico da Beira

Inscritos	7 431	Votantes 4 200	Afl 56,52%
CDS	2 206 votos	52,52%	3 mandatários eleitos
PS	1 447 -	34,45%	2 mandatários eleitos
FEPU	211 -	5,02%	-

Presidente da Câmara: Carlos A. Faria Almeida — CDS

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

Concelho de Valença

Inscritos	9 619	Votantes 5 586	Afl 58,07%
PS	2 154 votos	38,56%	2 mandatários eleitos
PSD/PPD	1 556 -	27,86%	2 mandatários eleitos
CDS	1 323 -	23,68%	-
FEPU	279 -	4,99%	-

Presidente da Câmara: Albino Fernando Nogueira — PS

Concelho de Arcos de Valdevez

Inscritos	20 592	Votantes 11 439	Afl 55,55%
PSD/PPD	5 088 votos	44,48%	4 mandatários eleitos
PS	2 648 -	23,15%	2 mandatários eleitos
CDS	2 415 -	21,11%	1 mandatário eleito
FEPU	493 -	4,31%	-

Presidente da Câmara: Fernando Freitas — PSD/PPD

Concelho de Viana do Castelo

Presidente da Câmara: António Alves Cunha — PSD/PPD

DISTRITO DE SANTARÉM

Concelho de Constância

Inscritos	4 903	Votantes 1 804	AFL 36,79%
PS	1 101 votos	61,03%	4 mandatários eleitos
PSD/PPD	278 -	15,41%	1 mandatário eleito
FEPU	257 -	14,25%	-

Presidente da Câmara: Fernando Morgado Silva — PS

Concelho do Sardoal

Inscritos	3 713	Votantes 2 299	AFL 61,92%
PS	1 116 votos	48,54%	3 mandatários eleitos
CDS	896 -	38,97%	2 mandatários eleitos

Presidente da Câmara: Maria F. Santos Chambel — PS

Concelho de Vila Nova da Barquinha

Inscritos	8 527	Votantes 3 527	AFL 41,36%
PS	2 486 votos	70,48%	5 mandatários eleitos
FEPU	440 -	12,48%	-

Presidente da Câmara: Luís A. R. Silva Moreira — PS

Concelho de Mação

Inscritos	10 204	Votantes 6 348	AFL 62,21%
PSD/PPD	3 308 votos	52,11%	4 mandatários eleitos
PS	2 402 -	37,84%	3 mandatários eleitos

Presidente da Câmara: Diamantino Santos Pereira — PSD/PPD

Concelho de Alcanena

Inscritos	9 945	Votantes 7 141	AFL 71,80%
PS	2 442 votos	34,20%	2 mandatários eleitos
PSD	1 798 -	25,18%	1 mandatário eleito
FEPU	1 418 -	19,86%	1 mandatário eleito
CDS	1 239 -	17,35%	1 mandatário eleito

Presidente da Câmara: Joaquim P. Henriques — PS

Concelho de Alpiarça

Inscritos	6 238	Votantes 4 637	AFL 74,33%
FEPU	2 727 votos	58,81%	4 mandatários eleitos
PS	1 281 -	27,63%	1 mandatário eleito
GDUP'S	415 -	8,95%	-

Presidente da Câmara: Joaquim Alcobia Matias — FEPU

DISTRITO DE SETÚBAL

Concelho de Alcochete

Inscritos	7 450	Votantes 5 180	AFL 69,53%
PS	2 375 votos	45,85%	3 mandatários eleitos
FEPU	2 254 -	43,51%	2 mandatários eleitos
GDUP'S	284 -	5,48%	-
MRPP	94 -	1,81%	-

Presidente da Câmara: Estêvão Rodrigues — PS

Concelho do Seixal

Inscritos	41 320	Votantes 28 216	AFL 68,29%
FEPU	14 744 votos	52,25%	5 mandatários eleitos
PS	8 535 -	30,25%	2 mandatários eleitos
GDUP'S	1 545 -	5,48%	-
CDS	1 109 -	3,93%	-
PSD/PPD	1 007 -	3,57%	-
MRPP	371 -	1,31%	-

Presidente da Câmara: Eufrázio F. Garcez José — FEPU

Concelho de Sines

Inscritos	7 189	Votantes 4 494	AFL 62,51%
FEPU	2 470 votos	54,96%	3 mandatários eleitos
PS	1 599 -	35,58%	2 mandatários eleitos
CDS	132 -	2,94%	-
MRPP	105 -	2,34%	-

Presidente da Câmara: Francisco Pereira Pacheco — FEPU

Concelho do Montijo

Inscritos	26 057	Votantes 16 239	AFL 62,32%
PS	6 132 votos	37,76%	3 mandatários eleitos
FEPU	6 101 -	37,57%	3 mandatários eleitos
PSD/PPD	2 107 -	12,97%	1 mandatário eleito

Presidente da Câmara: João J. Primo Janeiro — PS

DISTRITO DE VISEU

Concelho de Sernancelhe

Inscritos	4 717	Votantes 3 283	Afl 69,60%
CDS	2 206 votos	67,19%	4 mandatários eleitos
PS	839 -	25,56%	1 mandatário eleito
FEPU	71 -	2,16%	-

Presidente da Câmara: Franklin Quitai Silva — CDS

Concelho de Penedono

Inscritos	2 815	Votantes 1 822	Afl 64,72%
PSD	933 votos	51,21%	3 mandatários eleitos
PS	639 -	35,07%	2 mandatários eleitos
FEPU	95 -	5,21%	-

Presidente da Câmara: José António Pereira — PSD

Concelho de Mangualde

Inscritos	14 639	Votantes 8 092	Afl 55,28%
CDS	3 134 votos	38,73%	3 mandatários eleitos
PS	2 414 -	29,83%	2 mandatários eleitos
PSD	1 746 -	21,58%	2 mandatários eleitos
FEPU	386 -	4,77%	-

Presidente da Câmara: Ramiro Monteiro Couto — CDS</

Os quatro partidos na TV

Afinal, quem perdeu nestas eleições?

Como já vai sendo hábito em actos eleitorais anteriores, a R.T.P. ouviu, ontem em mesa-redonda, os líderes dos quatro partidos mais votados nas últimas eleições.

Num programa conduzido por Joaquim Letria, os dirigentes do P.S., P.S.D., C.D.S., e P.C.P. habitaram os telespectadores com as suas interpretações imediatas dos resultados das eleições para as autarquias locais.

De salientar que, apesar do elevado aumento das abstenções, a apreciação daqueles resultados saldou-se, de acordo com os pontos de vista dos dirigentes das quatro formações políticas, por uma vitória dos respectivos partidos.

Quem perdeu, afinal? ...

Mário Soares foi o primeiro a comentar os resultados conhecidos até às 20 horas de ontem, tendo analisado os números na óptica de vitória ou derrota para o Governo, tal como inquiriu Joaquim Letria. Diria o secretário-geral do PS: «Penso que os resultados, no seu total, representam a vitória incontestável do Partido Socialista, que mantém as suas posições». Quanto aos números, o dr. Soares fez questão de salientar as percentagens dos mandatos conseguidos até então pelos diferentes partidos, que, àquela hora, davam uma vantagem de cerca de 5% ao PS em relação ao PSD/PPD, segundo partido com mais mandatos. Referiu ainda que faltavam resultados de certos distritos, onde contava com alguma subida, particularmente em Lisboa, Braga, Viana do Castelo e Vila Real. Passando aos casos concretos, diria: «Houve, nestas eleições, naturalmente um factor que jogou muito — a personalidade dos candidatos. Por exemplo, é de facto importante a vitória que teve o PSD em Ourique. E suponho que essa vitória se deve — uma vez que este é um conchelo onde o PS nas anteriores eleições esteve sempre muito bem situado — à personalidade dos candidatos que ali se apresentavam, que gozam de prestígio local e de bastante dinamismo. Verifica-se, por exemplo, que em certos concelhos houve variações sensíveis, entre as votações para as Assembleias Municipais e para as Câmaras Municipais. O que traduz a importância do factor pessoal em relação ao factor partidário. Embora, naturalmente, nos grandes números, avulte o partido».

Passando a enumerar a parte que ao seu partido dizia respeito, o dr. Soares considerou que o PS

tinha duas razões para se encontrar em situação desfavorável nestas eleições. Primeira: A circunstância de ser o partido do Governo há já 4 meses. Governo que se exercer numa situação de crise aguda, que é conhecida, e com a necessidade de tomar medidas que, necessariamente, são impopulares. De um lado há a chamada erosão dos partidos no poder, que conta sempre; por outro, houve, desta vez, de uma maneira mais clara do que nas outras eleições, aquilo que alguns jornais chamaram a «santa aliança» contra o Governo, visto que levaram a que os partidos, mesmo tendo algumas divergências entre si, se aliassem e atacassem um objectivo que era, naturalmente, o Governo. E isso verificou-se, por exemplo, a respeito do 13.º mês». Mais adiante: «Houve ainda a contar com a presença de certos factores que, a meu ver, têm uma importância grande, como seja o aumento do custo de vida — que é efectivo nas grandes cidades, o aumento dos transportes, dos preços de certos géneros. São factores que o Governo naturalmente reconhece, pensando que resultam de todo um passado e que não podem ser resolvidos, evidentemente, em 4 meses e não poderão sê-lo a curto prazo. E isto dá a origem a críticas que poderão ser fáceis e que terão acolhimento. Isto porque é sempre mais fácil dizer mal que bem, particularmente em relação ao nosso povo. Mas também reconheço que é útil que assim seja. Apesar destas circunstâncias e do facto de ter havido, nestas eleições, uma grande percentagem de abstenções, que jogou, sobretudo, contra os partidos maiores — e em primeiro lugar, portanto, contra o Partido Socialista, o que é verdade é que as eleições reve-

laram uma certa estabilidade do processo eleitoral e do corpo eleitoral em relação às suas opções, que vêm desde Abril de 1975, e uma confiança no Partido Socialista — partido do Governo».

MÁRIO SOARES: «AS GRANDES CIDADES FORAM GANHAS PELO PS».

Em conclusão da sua intervenção inicial, o dr. Mário Soares declarou: «Gostaria de acentuar que o Partido Socialista encontrou da parte do Povo Português e do eleitorado uma grande constância na sua adesão. Constância que se revela no facto de termos ganho as maiores cidades. Evidentemente que é importante estabelecer o número de mandatos e o nosso é impressionante. É importante saber o número de municípios onde se ganhou, mas, para dar um exemplo, não é a mesma coisa ganhar em Lisboa ou ganhar em Cinfaes, onde o PS também ganhou. Não é a mesma coisa ganhar no Porto ou ganhar em Santa Comba, onde o PS também ganhou. E verifica-se que, enfim, as grandes cidades como Lisboa, Porto, Faro, Santarém, Coimbra foram ganhas pelo Partido Socialista. Por outro lado, o PS continua a ter uma implantação a nível nacional indiscutível, visto que é o primeiro em muitas regiões e imediatamente o segundo noutras. Não há dúvida que o CDS tem uma posição sólida nos distritos de Bragança, Viseu, Guarda. Mas aí o PS teve alguns resultados importantes pela primeira vez, sendo normalmente segundos lugares e em alguns casos, até, primeiro. O PPD tem, de facto, resultados muito importantes nas ilhas, particularmente nos Açores, sendo imediatamente seguido pelo PS. Por outro lado, o Partido Comunista continua — e aqui convém abrir um parêntesis para saber se estes resultados são do Partido Comunista ou da FEPU, dizia que ela representava um grande leque, nista ou da FEPU, visto que a propaganda, durante muito tempo feita pelas pessoas da FEPU, dizia que ela representava um grande leque, inclusive muito do que havia muitos socialistas. Portanto, agora seria talvez bom destrinçar os votos socialistas, os votos independentes, os votos do MDP/CDE e os votos próprios do PCP. Mas nós sabemos que o PCP tem uma posição dominante em certos distritos, como por exemplo Beja e Évora, além de uma posição importante em Setúbal. Não há dúvida que em relação a Beja, já não há dúvida de que foi a grande derrota do PCP nas eleições presidenciais, recuperou relativamente aos GDUP'S, visto que estes de facto se apagaram. A verdade, todavia, é que o Partido Socialista subiu enormemente, quer em Beja, quer em Évora. Para dar um exemplo posso dizer que em Beja, tínhamos 31,6% em Abril e temos agora 40,3% agora. No Distrito de Évora, tínhamos 30,3% em Abril e temos 34,66% agora. Isto significa que tivemos uma subida no Alentejo, já não falando no Distrito de Portalegre, onde recuperámos quase totalmente a posição que tínhamos em relação às primeiras eleições. Constituiu também para nós uma boa vitória a circunstância de termos ganho em Setúbal e mantermos uma posição importante no conjunto do Distrito. Isto significa que ganhamos nas regiões mais desenvolvidas do país, onde existe uma maior massa de trabalhadores, nas cântaras industriais de Lisboa e do Porto, em regiões como a Marinha Grande, Azambuja, Covilhã, S. João da Madeira, Entroncamento, Setúbal, Montijo. Aí, nós temos posições sólidas. Relativamente a Vila Franca, onde tínhamos a maioria e perdemos, a diferença entre os dois partidos é da ordem de um ou dois votos. Isto dá-nos uma certa tranquilidade e mostra que o partido mantém uma certa situação e progrediu na medida em que estamos numa situação difícil».

ÁLVARO CUNHAL: «NÃO SE VERIFICOU DESVIO PARA A DIREITA».

Após esta introdução do líder do PS, foi a vez do dr. Álvaro Cunhal falar acerca dos resultados obtidos pelo seu partido. Todavia, começou por comentar a afirmação que atribuiu ao dr. Freitas do Amaral, também presente, segundo a qual o CDS esperava arrecadar 30% dos votos nestas eleições, contando

mesmo ter brevemente um Primeiro-Ministro em S. Bento, segundo a óptica de um outro dirigente centrista. E, em tom marcadamente sarcástico, o dr. Cunhal acrescentou: «Estes prognósticos não se verificaram e o CDS sai bastante diminuído destas eleições!...». E acrescentou: «O desvio para a «direita», que poderia inquietar alguns, não se verificou. Ao contrário. O CDS sai diminuído, passando, segundo os resultados conhecidos, a ser o quarto partido votado e não o terceiro, como até aqui».

Também o PSD teve tratamento semelhante, se bem que com mais reticências. Registamos: «Quanto ao PPD e dados os resultados parciais ainda conhecidos, é cedo para tirar conclusões definitivas, mas o que é certo é que se verifica alguma perda de votos. E uma perda que, tendo em conta um número muito elevado de abstenções, não é para menosprezar. Não sei, enfim, em quanto se cifrará essa perda — 100 000? 150 000? — o dr. Sá Carneiro estará em melhores condições do que eu, para registar as perdas do seu próprio partido, mas, na verdade, tem uma perda de votos».

Para o dr. Álvaro Cunhal, também o PS perdeu votos, pese embora o dr. Mário Soares inicialmente ter procurado demonstrar que não. O dirigente do PCP, pelo contrário, considerou que, percentualmente, o PS teve uma descaída de 2 pontos, enquanto a perda de votos iria concretizar-se considerável. Adiantou mesmo que a quebra andaria pelos 300 ou 400 mil, «não sendo caso para cantar vitória».

Entrando finalmente, na análise dos resultados conseguidos pela FEPU, considerou-o «sucesso apreciável». Sem ser «vitória retumbante, é sucesso considerável». E passou a pormenorizar os aspectos da vitória, não deixando também de destacar que as eleições locais visam sobretudo escolher pessoas da confiança das populações interessadas: «A nosso ver e uma vez que no Alentejo a esmagadora maioria das câmaras foi na verdade confiada a gente da Frente Eleitoral Povo Unido, que tem a participação do PCP — que é, enfim, o partido mais forte deste conjunto de forças democráticas e progressistas. Naturalmente que a votação do Alentejo tem um significado de apoio à reforma Agrária, não apenas contra a tentativa dos agrários, da CAP, das forças reaccionárias, de liquidarem a Reforma Agrária, mas, também, contra a política do Partido Socialista, que, nas vésperas das eleições, conduziu toda uma série de operações contra a Reforma Agrária, utilizando, no aspecto eleitoral, a televisão, através do seu Ministro da Agricultura e Pesca. Por outro lado, as votações dos centros industriais devem igualmente ser registadas».

Mas o dr. Álvaro Cunhal não circunscreveu a sua apreciação aos resultados da FEPU nas zonas tradicionais, alargando-se ao resto do país, dissendo nomeadamente: «Naturalmente que a votação geral não deixará de ser tida em conta. Poderia não o ser se houvesse uma modificação completa do eleitorado. Ora, não há dúvida nenhuma de que se dá um movimento de deslocação da direita para a esquerda. A partir do CDS, que perdeu, depois o PPD, o Partido Socialista e a Frente. Portanto, a deslocação que se dá é da direita para a esquerda, e há uma evolução do eleitorado no sentido de esquerda». Mais adiante, o dr. Cunhal mostrou-se admirado pelo facto de o PSD e o CDS não terem concorrido nos concelhos alentejanos de Mourão, Portel, Viana do Alentejo, Aljustrel, Alviito, Barrancos e Castro Verde, aproveitando o facto para responder à asserção anteriormente feita pelo dr. Soares, quando se referiu à «santa aliança». Foi a altura do líder do PCP procurar demonstrar que o eleitorado PPD e CDS, nestes concelhos, votou PS, uma vez que certamente o não fez na FEPU. A alusão foi clara e os restantes participantes não esboçaram qualquer gesto especial de enfado. O dr. Cunhal num gesto que lhe é característico, levando sempre as coisas até às últimas consequências, continuou: «O Alentejo respondeu, na verdade com a confirmação dos trabalhadores pela defesa da Reforma Agrária, contra a «santa aliança» que se dirigiu, no plano eleitoral, contra a R.A.. Portanto, neste aspecto, as coisas estão simplificadas e

que terminou 1.20 da madrugada. Lamentável o monocrismo obstinado de Álvaro Cunhal — para a próxima poderá sem grande prejuízo enviar uma cassete — e o insulto gratuito dirigido a Freitas do Amaral acerca do «bombismo do CDS», a que este aliás respondeu com apreciável elegância.

De registar, como sinal positivo, as últimas intervenções de Freitas do Amaral e Mário Soares, em que foi possível ouvir considerações não de magógicas acerca das mais urgentes necessidades da política económica do Governo e em que, curiosamente, ambos se mostraram de acordo em pontos importantes.

Finalmente era altura de a televisão encontrar um modificador à altura das circunstâncias, com capacidade de balisar o diálogo, de modo a torná-lo útil e objectivo, como o impõe a política de austeridade em que temos de viver.

porque aumenta o número de votos, relativamente a Abril passado. Tinha tido 15,9% e agora tem 16,7%. O CDS tinha como objectivo para estas eleições subir o total dos seus votos em percentagem e subiu. Por outro lado, o CDS tem um número de mandatos municipais superior ao da FEPU. Enquanto esta tem 256 mandatos, o CDS tem 285. Por outro lado, ainda interessaria saber — e não sabemos por agora — quais os resultados para as assembleias municipais e para as assembleias de freguesia, onde conhecemos que realmente conseguimos também algumas vitórias, em casos onde as câmaras não foram os primeiros». Freitas do Amaral não deixou também de salientar que esta subida se verificaria, mesmo dando-se a circunstância de ser o partido, dos quatro presentes, que concorresse a menos concelhos. Referiu ainda que isso se verificou sobretudo ao sul do Tejo, «onde não há condições de liberdade democrática».

Seguidamente passaria a enumerar os pontos do país onde as subidas foram mais acentuadas, segundo o seu ponto de vista, embora não deixasse de atribuir eventuais quebras a uma certa confiança de vitória em zonas onde tem clientela eleitoral tradicional. Salientou, como locais de ascensão, Lisboa, Ilhas, Aveiro, S. Pedro do Sul, Mantegais, S. João da Pesqueira, Póvoa de Varzim, Esposende, S. João da Madeira.

MÁRIO SOARES: «GERMES DE VIOLÊNCIA À DIREITA E À ESQUERDA».

Ainda da longa e informal conversa de ontem à noite, na televisão, destacamos a parte final. Nela, o dr. Mário Soares fala já na qualidade de Primeiro-Ministro, pois responde a questões levantadas pelos representantes dos outros partidos com argumentos que constituem a posição do Governo. De salientar a primeira parte da intervenção final, em que o dr. Mário Soares se considera ao centro, quando interpreta a discussão mantida entre os representantes dos outros três partidos presentes, discussão que o próprio Mário Soares reconheceu corresponder a divisões efectivas existentes no país. É neste ponto que surge a informação de que telespectadores teriam manifestado o seu desagrado pelo espectáculo de desentendimento que os representantes estavam a dar, mostrando evidentes, a que o dr. Álvaro Cunhal respondeu: «Seria absurdo pensar, havendo quatro correntes políticas tão diferenciadas, que houvesse um acordo entre todos!».

«New York Times»

Coligação PS/PSD seria garantia de estabilidade

Uma coligação de socialistas e social-democratas seria a melhor perspectiva possível para uma estabilidade política em Portugal, dizia ontem o «New York Times».

Num editorial intitulado «retoramento em Portugal», o jornal dizia que a «tarefa de construir um sistema democrático durável após 50 anos de estado corporativista seria formidável...».

O Primeiro-Ministro, Mário Soares «tem de enfrentar simultaneamente os efeitos de décadas de estagnação económica, mais de dois anos de derivação e contusão após o golpe militar de 1974, e os problemas da depressão e inflação que afligem a maior parte dos países ocidentais. A desilusão do eleitorado com a nova democracia foi reflectida nas eleições locais por

uma abstenção recorde de 35 por cento.

«Numa coligação de socialistas e social-democratas seria aparentemente a melhor perspectiva para uma estabilidade política, para a recuperação económica e para o desenvolvimento, e para reforçar a inexistente democracia de Portugal contra ataques de qualquer dos extremos do espectro.»

Por seu turno o diário Londrino «Times» considera num editorial que o Primeiro-Ministro português Mário Soares tem boas razões para se sentir aliviado com os resultados das eleições locais anunciadas anteriormente.

O jornal afirmava que uma severa derrota para os socialistas nas eleições teria tornado impossível ao governo continuar.

«Times» dizia que os socialistas tinham perdido mais votos para os comunistas do que para os social-democratas, e os socialistas e os comunistas representavam agora uma maioria dos eleitores.

O jornal dizia também que uma afluência de 63 por cento dos eleitores no domingo — comparado com 83 por cento nas eleições parlamentares de Abril passado — «reflecte indubitavelmente um certo grau de desilusão com os resultados da democracia até agora.»

O jornal concluiu: «a melhor esperança é portanto que o dr. Soares continue a sua acção de equilíbrio sem mais preocupações eleitorais a curto prazo. Deveria ser autorizado, e certamente encorajado, a dirigir todas as suas energias para a recuperação económica de Portugal.»

Esclarecido mistério dos carros incendiados

Foram divulgados os nomes de oito detidos por presumível implicação a tentativa de assalto ao Banco de Portugal, no Porto, em Setembro passado.

Uma versão policial atribui a conhecidos cadastrados o plano do assalto. Três carrinhas foram roubadas em Coimbra e Figueira da Foz, levadas para o Porto e ali sujeitas a pintura verde fosco para as tornar semelhantes às do Exército. Estas carrinhas seriam encontradas posteriormente destruídas pelo fogo.

Supõe-se que o plano tenha começado a gorar-se ao fracassarem as tentativas de rapto do pessoal do Banco encarregado da caixa forte. Com efeito parte desse pessoal chegou a ser abordado nas suas residências por indivíduos fardados de militares que dizem cumprir ordens do Quartel General e como medida de protecção conduzir as pessoas para «lugar seguro».

As averiguações prosseguem e os detidos são: Aires de Jesus da Silva Dias, Síssio Junquinho Guerreiro Alves, Laurentino Felisberto de Oliveira e Silva, Jorge Manuel Pais Estrela, Arménio Silvestre Rodrigues Gomes, Sotero Manuel Lucas Alves, Albino Felisberto Oliveira e Silva e Carlos dos Santos Favas.

Conselho de Ministros decide

13.º mês terá de ser pago em dinheiro

• Aumento de 15% para os funcionários da Administração Pública

Sob a presidência do primeiro-ministro, dr. Mário Soares efectuou-se, ontem, em S. Bento mais uma reunião plenária do Conselho de Ministros.

Segundo um comunicado divulgado esta noite, durante esta sessão, «o primeiro-ministro felicitou o ministro da Administração Interna pelo modo como decorreu o acto eleitoral, congratulando-se com o elevado civismo, uma vez mais demonstrado pelo povo português» e «em nome do Conselho de Ministros, o primeiro-ministro pediu ao ministro das Obras Públicas que exprimissem aos trabalhadores da EPAL o louvor do Governo pela rapidez com que conseguiram assegurar o abastecimento de água a Lisboa».

«Seguidamente o primeiro-ministro expôs ao Conselho o programa da sua próxima visita ao Brasil».

O documento menciona ainda que o Governo voltou a abordar o problema da proposta de lei acerca da poupança forçada, decidindo manter a sua proposta e reservando-se a possibilidade de oportunamente vir a sugerir emendas que permitam a sua execução, em momento posterior, e «dadas as posições enunciadas, em que interesses partidários, de carácter eleitoral, se sobrepuzaram ao interesse nacional, e não parecendo materialmente possível executar até ao fim do ano as reduções a que haveria lugar», o Governo lembra às entidades devedoras do

subsídio do Natal ou equivalente que deverão proceder de acordo com a legislação em vigor».

«O Conselho de Ministros aprovou ainda um diploma fixando a partir de 1 de Janeiro de 1977 novos vencimentos aos trabalhadores civis da Administração Central, Local e Regional, aumentando em 15 por cento os vencimentos actualmente em vigor».

Por seu lado, «o ministro da República para os Açores expôs ao Conselho de Ministros algumas questões diversos respeitantes àquela região autónoma, referindo, nomeadamente o problema da cobertura do défice do orçamento da região, tendo o conselho resolvido considerar de forma favorável a solução apre-

sentada pelo Ministro da República».

MÁRIO SOARES: «O PS MANTÉM-SE O PARTIDO NACIONAL».

«Os partidos que se situam à direita do PS não saíram reforçados — declarou o Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, à sua entrada para o Conselho de Ministros, comentando os resultados já conhecidos das eleições para as autarquias locais.

Salientando que os resultados representam «uma certa estabilidade do eleitorado português», o dr. Mário Soares viria a acrescentar que estas eleições têm um carácter diferente das anteriores visto nelas «jogar muito o factor

senão episodicamente no Norte», acrescentando que, aquela Frente teve «um ganho sensível, o que significa que recuperou o que tinha perdido a favor dos GDUP'S, que agora se aprofundaram totalmente».

Analisando depois os resultados dos partidos mais votados, o Primeiro-Ministro diria que o PS se mantém «o partido nacional», o PPD mantém a «sua posição forte nas ilhas e nos seus distritos tradicionais», o CDS mantém a sua posição tradicional «junto da fronteira e do Norte, com algumas incursões no Sul». Quanto à Frente Eleitoral Povo Unido, afirmou o dr. Mário Soares: «A FEPU, e portanto o Partido Comunista, que é o partido nuclear da FEPU, mantém-se sólido no Alentejo, não progredindo

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA REGIÃO [®]
SUL

CONVOCATÓRIA

A solicitação da Direcção, convoco os associados do Sindicato dos Engenheiros da Região Sul para reunir em Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 22 de Dezembro de 1976, às 21h. 30m., na sede do Sindicato com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Apreciação e deliberação sobre a proposta de orçamento suplementar para o ano de 1976.

Lisboa, 13 de Dezembro de 1976

Pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Jorge Artur Ferreira Braga

CONVOCATÓRIA

Para cumprimento do artigo 33.º do Estatuto, convoco os associados do Sindicato dos Engenheiros da Região Sul para reunir em Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 22 de Dezembro de 1976 às 22h.00, na Sede do Sindicato com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Apreciação e deliberação sobre o Orçamento de receitas e despesas para o ano de 1977.

Lisboa, 13 de Dezembro de 1976

Pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Jorge Artur Ferreira Braga

NOTA: não sendo possível proceder-se ao seu envio, em tempo útil, para cada de cada associado tanto o orçamento suplementar para 1976 como o orçamento ordinário para 1977 encontram-se à disposição dos associados na Sede do Sindicato.

nacional

Tráfego clandestino de gado ao longo das fronteiras preocupa autoridades luso-espanholas

Os perigos potenciais de invasão de zoonoses no território peninsular e os riscos de contaminação criados pelo intenso movimento clandestino de gado ao longo das fronteiras dos dois países peninsulares, preocupam as autoridades veterinárias luso-espanholas que, de 9 a 11 do corrente mês, debateram em Lisboa problemas específicos da sua actividade. A XIX reunião das autoridades veterinárias luso-espanholas tornou públicas as principais conclusões extraias dos debates, das quais se destacam:

A peste suína africana e as bruceloses animais (febre de Malta) são as doenças que continuam a causar maiores preocupações e a apresentar maiores dificuldades para o seu combate. Dados os extraordinariamente elevados encargos financeiros que a luta contra a peste suína africana tem exigido, receia-se que, a não haver uma vultosa participação das comunidades económicas europeias se mantenha estacionária a situação na península, com grave risco da que a doença se propagar aos efectivos suínos do resto do continente europeu, que na totalidade atingem cerca de 80 milhões de cabeças.

Embora tenha sido notável a acção dos serviços veterinários dos dois países na luta contra a raiva, de que não existem casos na Península Ibérica, reconheceu-se que permanecem os perigos potenciais de invasão desta zoonose no território peninsular, pelo que as populações devem obediência estrita em relação a todas as medidas de profilaxia e de políca sanitária contra aquela terrível doença.

Reconheceu-se a necessidade de intensificar a realização de campanha de educação sanitária e de divulgação de técnicas racionais de maneio, junto dos criadores de gado, procurando igualmente diligenciar no sentido de elevar o grau de consciencialização das populações em relação aos problemas de ordem higieno-sanitária, tomando assim mais fácil e penetrante a actualização dos serviços. Houve também o reconhecimento mútuo da necessidade de incrementar os cursos de actualização e de reciclagem para a totalidade dos técnicos veterinários dos dois países que passarão a ter reuniões técnico-científicas, ao nível de especialistas, cada vez com maior assiduidade.

Deu-se grande valor aos aspectos gravíssimos derivados da

utilização de certos aditivos de natureza medicamentosa nas rações para animais, com prejuízos não só para aqueles, mas também para o homem que deles se alimenta, pelo que irá ser feita uma recomendação aos dois governos para que esse controlo seja da exclusiva competência e responsabilidade dos serviços veterinários dos respectivos Ministérios da Agricultura.

Deu-se conta do intenso movimento clandestino de animais ao longo da fronteira, com os inerentes riscos sanitários, pelo que irão ser pedidos reforços de vigilância às autoridades competentes. Todavia, as campanhas de saneamento irão ser intensificadas ao longo das regiões fronteiriças.

Com vista ao fomento pecuário, as delegações dos dois países estão preparando importante

«dossier» para discussões de fundo em matéria de reprodução e melhoramento animal, em reunião a realizar, em Badajoz, no próximo mês de Fevereiro. Um dos grandes objectivos em vista é a preservação e melhoramento das raças ibéricas.

Finalmente e tendo em conta que a eficácia dos serviços não alcança plenamente os níveis desejados, entre outras razões, por as suas estruturas já não estarem adaptadas às exigências actuais, dada a rápida evolução das explorações animais, indústrias afins e incremento do comércio externo, ambas as delegações acordaram levar ao conhecimento dos seus governos a necessidade de adequar as respectivas estruturas, em todos os sectores, com o fim de que as actividades a desenvolver, cumpram no máximo, os objectivos pretendidos.

Deputado do PSD/PPD na direcção de «O Século»

A partir de hoje, o velho matutino lisboeta «O Século» tem novo director: o deputado do PSD/PPD Luis Nandim de Carvalho. João Gaspar Simões abandonou o cargo que ocupava «a seu pedido e por motivos pessoais» — segundo uma nota publicada hoje naquele jornal.

Nandim de Carvalho, teve uma intervenção na Assembleia da República, no passado dia 3, a propósito da grave situação financeira que atravessa «O Século». Nessa altura, apresentou um requerimento pedindo para ser informado através da Secretaria de Estado da Comunicação Social, dos motivos que impedem o pagamento dos salários ao mesmo tempo e com os mesmos critérios que os do «Diário de Notícias».

Nesse requerimento, Nandim de Carvalho pretendia ainda saber qual o montante dos subsídios mensais entregues pelo Governo, respectivamente a «O Século» e ao «Diário-Popular» por um lado e ao «Diário de Notí-

cias» e «A Capital» por outro.

O PSD/PPD também já enviou para apreciação da Assembleia da República um projecto de decreto-lei sobre a «superintendência da Assembleia da República nos órgãos de comunicação social estatizados».

No editorial que hoje assina em «O Século», o novo director classifica de «tarefa essencial à subsistência da sociedade política pluralista» a produção de «uma informação objectiva e pertinente».

Depois de recordar que, em democracia, o Governo não pode arrogar-se «a sagração permanente da verdade», Nandim de Carvalho acrescenta que «o Governo não pode ser indiferente à subsistência dos postos de trabalho dos profissionais» do jornal, da mesma forma que «não pode ser indiferente ao cumprimento da Constituição, designadamente no que ela determina quanto à independência dos órgãos de comunicação social estatizados, face ao Governo e à Administração pública».

Wallraff não apareceu no lançamento do livro sobre Spínola

Alguma expectativa precedia o lançamento da obra do controvertido jornalista Gunter Wallraff — «Descoberta de uma Conspiração — A Acção Spínola», em que o autor pretende narrar a história da participação de Spínola na preparação de um alegado golpe de direita: «documentos secretos do ex-general como a lista de encomendas de munições e material de sabotagem; o terrorismo como prova de capacidade; mapas explicativos e planos financeiros, entre outras matérias de evidente sensacionalismo, como a acção dos movimentos terroristas ELP-MDLP» — é alguma da matéria apresentada.

Marçada para esta manhã, a conferência de imprensa com o jornalista alemão e assegurada desde há quinze dias a sua vinda a Portugal pelas autoridades responsáveis, mediante a promessa de que o autor não aproveitaria a sua presença entre nós para especular ou de qualquer modo intervir na política do país não se realizou. Desconhece-se o motivo da sua ausência. Soube-se, entretanto, que desde 6.ª feira passada todos os carros de matrícula alemã, ao entrar em Portugal, foram minuciosamente vistoriados. Por outro lado, comunicou-nos o representante da Livraria Bertrand, Eduardo Martins Soares, editora da obra que fora emanada uma nota do Estado Maior do Exército, dis-

tribuída a todas as fronteiras de acesso a Portugal, advertindo que teria de lhe ser comunicada imediatamente a entrada de Gunter Wallraff em Portugal.

Após uma espera de pelo menos uma hora, e tentados todos os meios de contacto, incluso para a cidade de Colónia, de onde deveria ter saído o conhecido jornalista, nada foi possível adiantar por parte da Bertrand aos representantes dos órgãos de informação, excepto que iria proceder-se a nova convocação, em princípio, realizar na próxima sexta-feira, data do lançamento público do livro. A processar-se do novo a ausência de Wallraff, poderão ser pelo menos ouvidas pelos jornalistas as passagens principais das doze horas de entrevistas e outros documentos que ele gravou e a Bertrand tem em sua guarda. Caso curioso, polícia à paisana, em número bastante expressivo, hoje deava a Casa da Imprensa hoje.

Entretanto, esta manhã, no Serviço de Relações Públicas do Estado Maior do Exército desconhecia-se a nota a que foi feita referência. Também no Serviço de Estrangeiros do Ministério da Administração Interna, entidade a quem competiria «controlar» a eventual entrada no nosso país do controvertido Wallraff, ao fim da manhã de hoje desconhecia totalmente o assunto.

Eleições na Armada amanhã

Decorrerão amanhã em todas as unidades e estabelecimentos da Armada, eleições para o Conselho de Promoções daquele ramo das Forças Armadas a que concorrem duas listas.

Apesar dos esforços realizados no sentido da apresentação de uma lista única, a partir de um compromisso entre as duas marcadas linhas existentes no seio da Armada, tal não foi possível devido à forte oposição dos oficiais democráticos que não admitem o acesso àquele Conselho a oficiais de passado gonalvista.

Carreira fala sobre «títulos»

O ministro das Finanças, dr. Medina Carreira, fará hoje à noite uma comunicação ao país, na TV, logo a seguir ao telejornal das 20H30.

O principal tema a abordar pelo titular da pasta das Finanças será o do 13.º mês em títulos, assunto que também hoje deverá ser discutido na Assembleia da República, esperando-se que a proposta do Governo seja derrotada pela maioria dos deputados.

Tudo como antes

(Continuação da pág. 1)

Esta ambiguidade leva-nos a pensar que, após estas eleições, declarada a intenção do P.S. em continuar no seu governo sem coligações, seria importante averiguar com grande realismo quais as linhas de força internas do partido e qual o seu peso relativo. Este apuramento talvez permitisse conclusões mais precisas quanto à base de apoio de que carece o Governo para vencer a crise.

Fosse qual fosse, porém, o resultado dessa análise, existem soluções imediatas que a realidade impõe, como as que ontem referiu Freitas do Amaral na sua última intervenção televisiva e a que o Primeiro Ministro deu resposta, concordando no essencial com a prioridade das questões apresentadas pelo presidente do CDS.: reforço da autoridade democrática, definição clara das regras de jogo económicas, limitando-se o sector público e privado, criando-se condições básicas ao desenvolvimento da iniciativa privada, prosseguindo-se uma política económica expansiva mas criando-se simultaneamente mecanismos de protecção contra o curso inflacionista, etc.

Aliás, os secretários-gerais dos partidos políticos deveriam fazer um esforço no sentido de um levantamento das ideias comuns e das inconciliáveis — sem que cada um abdicasse dos seus legítimos pontos de vista — e pena foi que ontem, para dar um exemplo, Sã Carneiro houvesse tido maior preocupação em empolar minúsculos pontos de fricção com o Governo de Mário Soares do que um aprofundar a zona de entendimento e a de desacordo.

A situação, todos o repetimos à saciedade, não se mostra fácil. Para a superar exige-se senso comum, espírito prático e tolerante. O Governo terá de dar o exemplo, procurando soluções que obtenham um largo consenso dos partidos democráticos. E a oposição democrática terá de pensar que só alcançará o seu legítimo objectivo, que é ela própria ser governo, se não asfixiar entretanto a democracia.

Pronça de Carvalho

ALEXANDRE SOLJENITSINE

O CARVALHO E O BEZERRO

Uma análise histórica da literatura soviética feita por um dos mais controversos autores russos. Na senda de «Arquipélago de Gulag» Soljenitsine dissecou a sociedade soviética e analisa as repercussões da formação social na actividade literária. Um livro polémico.

Colecção 

DOCUMENTOS DE TODOS OS TEMPOS

uma edição



LIVRARIA BERTRAND

APARTADO 37 — AMADORA

Embaixador de Portugal em Itália

O Ministério dos Negócios Estrangeiros tornou público que o presidente da República italiana aceitou a nomeação do embaixador Tomás de Melo Breiner Andersen para representante de Portugal junto daquele país.

Tomás Andersen exercia actualmente as funções de secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo ocupado anteriormente os cargos de adjunto de director-geral e director-geral dos Negócios Económicos do mesmo ministério.

SURDEZ

Sofre deste flagelo? Porque espera? VIENNATONE dispõe dos mais modernos e eficientes aparelhos para a correcção da SURDEZ

Ainda que o seu caso seja o mais difícil faça uma experiência GRÁTIS e sem qualquer compromisso

VIENNATONE

AVENIDA DE ROMA, 29-1.º — LISBOA